

TRAMAS CONCEITUAIS:
**uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon,
Bourdet e Guillerm**

CONCEPTUAL PLOTS:
***an analysis of the concept of self-management in Rosanvallon,
Bourdet e Guillerm***

Pompilio Locks Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Marília Veríssimo Veronese
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo

O objetivo deste trabalho é caracterizar o conceito de autogestão em duas obras específicas: *La Autogestión* de Pierre Rosanvallon e *Autogestão: uma mudança radical* de Yvon Bourdet e Alain Guillerm. Estas foram escolhidas tanto pela convergência bibliográfica em três dicionários acadêmicos consultados, quanto pela data de publicação, na qual o conceito já entrava em relativo desuso. As obras foram analisadas a partir da divisão em dois motes analíticos que, embora abordados em separado, são interdependentes: o ponto de vista político e o ponto de vista econômico. Propomos um esforço inicial de análise das teorias sobre a autogestão nos autores supracitados e entendemos que tal exercício possibilita uma discussão mais ampla e substantiva sobre o conteúdo do conceito, uma vez que em seu bojo situam-se temas ainda muito presentes e controversos no imaginário político do século XXI.

Palavras chave: autogestão, aemocracia econômica, pensamento político, socialismo.

Abstract

The aim of this paper is to characterize the concept of self-management in two specific books: Pierre Rosanvallon's *La Autogestión* and Yvon Bourdet and Alain Guillerm's *Self-management: a radical change*. These texts were chosen because of the convergence of three academic dictionaries analyzed, and also the date of their publication, in which the concept

was already becoming relatively disused. The works were analyzed by the division into two mottoes that, although analyzed separately, are interdependent: the political and the economic points of view. We propose an initial effort of analysis on self-management theories in these authors, understanding that this exercise enables a broader and substantive approach of the concept, since it's about some controversial themes in the political imagery of the 21st century.

Keywords: self-management, economic democracy, political thought, socialism.

Introdução

Desde os primórdios do capitalismo existem movimentos de resistência à sociedade que ele produz, refletidos não só nas experiências históricas como também nas práticas linguísticas. Ao mesmo tempo em que os socialistas utópicos começaram a apontar os problemas que a revolução industrial trazia para as sociedades, começaram a surgir empresas de cunho cooperativo que contrariavam as regras empresariais do início do século XIX. Neste sentido, temos registrado, desde então e até hoje, a existência de experiências sociais que se aproximam da noção de autodeterminação de coletivos, tanto na esfera política quanto na do trabalho (que também possui forte dimensão política). Podemos citar, contemporaneamente, a presença crescente de grupos informais, associações e empresas de trabalhadores, organizadas em bases associativas e de autogestão que representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda (Gaiger, 2003). Boaventura de Sousa Santos (2002) afirma que esses empreendimentos autogestionários surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, porque estão organizados de acordo com princípios e estruturas não-capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado. Para ele, estas empresas ainda podem tornar-se empreendimentos tão ou mais produtivos do que as empresas capitalistas de heterogestão, estimulando o crescimento econômico local e diminuindo o nível de desigualdades estruturais, oferecendo, inclusive, benefícios não econômicos para seus membros e para as comunidades que os cercam.

Desse modo, mesmo que com o fim da URSS os problemas teóricos das correntes de esquerda tenham sido parcialmente abandonados, há um crescente interesse pelo tema da autogestão e suas aplicações em diferentes esferas da sociedade. Especificamente, nosso interesse partiu de pesquisas no campo da economia solidária (Gaiger, 2004; Veronese, 2008; Locks Filho, 2009), pois consideramos que esta nova forma de organização econômica está, gradualmente, despertando a atenção de pesquisadores e intelectuais neste início do século XXI. Expressas genericamente sob a égide do conceito de autogestão

indicam possíveis caminhos e propostas a serem desenvolvidas. No entanto, qual o arcabouço teórico existente por trás do conceito de autogestão? Quem teorizou tal conceito, de onde surgiu e com qual intenção? Visando responder tais questões, e considerando a relativa limitação da literatura científica produzida no Brasil sobre o tema peculiar da autogestão¹, este trabalho enfoca um complexo processo que se desencadeia a partir da segunda metade do século XX, tendo por objeto principal a produção teórica de três autores – ainda hoje referências importantes para compreendermos as propostas existentes por trás do conceito de autogestão. Desta forma, analisaremos o conceito através dos importantes trabalhos de Pierre Rosanvallon, Yvon Bourdet e Alain Guillermin, propositores da corrente teórica autogestionária do final da década de 1970. A partir dessa revisão da literatura, pretende-se trazer à tona a discussão em torno do conceito de autogestão para a sua melhor utilização e problematização no presente, tendo em vista o debate teórico-político contemporâneo, como uma modesta e pontual contribuição para seu enriquecimento.

Para tanto, levamos em conta as contribuições de Reinhart Koselleck (1993), principal teórico da História dos Conceitos. Suas reflexões dirigem-se ao fato de que, ao analisar um conceito, não se pode esquecer o debate temporal no qual este está inserido. No entanto, diante da imensidão de tarefas que carrega este postulado, podemos passar do conceito ao parágrafo, daí ao livro, ao debate político e social, à linguagem ordinária, à relação com os demais conceitos e assim sucessivamente, em um trabalho infundável. Koselleck (1993) irá argumentar que sendo inviável realizar todas as tarefas simultaneamente, e que sendo muitas delas pragmaticamente excludentes entre si, só resta ao pesquisador individual optar por caminhos segundo os seus interesses para responder as questões que deseja. Uma vez que os diversos focos são igualmente legítimos e implicam pesquisas factíveis de diversos níveis, neste trabalho optamos por discutir detalhadamente dois livros específicos – explicitados adiante –, procurando relacioná-los com outros autores e com seu contexto de publicação.

¹ Sobre os estudos e debates acerca da autogestão no Brasil no âmbito acadêmico, destacamos as publicações de Maurício Tragtenberg (1981; 1986), Fernando Prestes Motta (1981) e, mais recentemente, Claudio Nascimento (2008). É digno de nota que Rosanvallon, Bourdet e Guillermin não foram alvo específico de suas análises e, apesar dos esforços destes autores em divulgar e pesquisar sobre o tema, ressaltamos, sobretudo, que a autogestão, em seu plano teórico e empírico, esteve sempre à margem no que se refere às pesquisas sobre pensamento político e social no Brasil. Tal situação dificultou estudos e discussões mais ampliadas e profundas sobre o tema no país.

Considerações iniciais sobre as teorias autogestionárias

Nesta parte inicial do artigo, temos como fontes de análise três dicionários acadêmicos divulgados tanto no mercado editorial brasileiro quanto no internacional, e que possuem breves passagens sobre o conceito de autogestão. São eles o *Dicionário do pensamento marxista*, de Tom Bottomore (verbete sobre autogestão de Massimo Follis), o *Dicionário de Política* (verbete sobre autogestão de Mikhailo Markovic) e o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (verbete sobre autogestão de Daniel Mothé).

Nesse sentido, há um consenso de que a difusão da palavra autogestão, na linguagem acadêmica ocidental, ocorreu principalmente a partir da década de 1950, em consequência da introdução, na Iugoslávia, de um sistema de organização econômica, pelo partido comunista iugoslavo, assim denominado. Claro é que a prática da autogestão, em termos de experiência histórica, é bem mais antiga; falamos aqui da análise de um conceito, sob a perspectiva das ciências sociais. Mesmo não sendo o propósito deste artigo abordar as diversas problemáticas deste sistema, como, por exemplo, a sua natureza política unipartidária sustentada por Tito, é importante ressaltar que ele é uma das principais influências para que a partir da década de 1960 surja, na Europa Ocidental, a corrente de pensamento político autogestionária. No entanto, nesse período, também podemos apontar alguns outros elementos que propiciaram o desenvolvimento dessas ideias, como a solidificação, mesmo sob incessantes crises, do capitalismo financeiro, os sinais da estagnação que vivia o socialismo real² durante a década de 70 e 80, colocando abaixo os pilares do marxismo/leninismo, junto de uma negação da socialdemocracia e da influência dos sindicatos para sua elaboração.

Muitas outras referências também são usadas na construção dos discursos, perpassando os objetivos aqui propostos, considerando a ancestralidade teórica das obras analisadas. Podemos mapear alguns espaços de experiências a partir da obra de Rousseau, passando pelos socialistas utópicos – principalmente pelos conceitos de mutualismo e federalismo de Proudhon –, Marx e Engels, Rosa de Luxemburgo, os comunistas dos conselhos operários como Gramsci e Pannekoek, bem como as correntes libertárias (Bakunin, Kropotkin, Reclus e Malatesta). Fora do plano do pensamento político e entrando nos acontecimentos históricos, destaca-se a Comuna de Paris como primeira insurgência em prol da administração direta dos trabalhadores, passando pela constituição de *soviets* na Rússia em 1907, tidos como embrião da Revolução

² Denominado também de capitalismo burocrático ou capitalismo de Estado pelos autores dos dicionários.

de 1917; a Guerra Civil Espanhola e outros inúmeros acontecimentos revolucionários em que as massas tomaram conta das fábricas. Estes fatos também vão inspirar inclusive as formas de governo e resistência que se formaram a partir da metade do século XX na Polônia, na Tchecoslováquia, na Argélia, na Hungria e principalmente na Iugoslávia, como já citado.

Em suma, estes são diversos exemplos, tanto no plano das ideias quanto no plano dos fatos, concretamente vivenciados, dos “espaços de experiências”³ (Koselleck, 1993), postulados para o surgimento dos discursos sobre autogestão e que, devido ao recorte pretendido neste artigo, não poderão ser abordados pormenorizadamente – uma vez que um pensamento formulado em determinada época histórica carrega uma diversidade de experiências cognitivas que impossibilita a completa apreensão de suas referências. De acordo com este raciocínio, Koselleck (1993) irá argumentar que diante das amplas possibilidades abertas aos pesquisadores do pensamento político, os diversos focos são igualmente legítimos.

Assim sendo, no século XX (contexto de produção do debate sobre o conceito de autogestão, por nós analisado), a Segunda Guerra Mundial e a ascensão do nazi-fascismo marcaram a crise do movimento operário e, por conseguinte, do comunismo conselhistas. Este sobreviveria marginalmente na sociedade capitalista, através de publicações, coletivos de pessoas mobilizadas em movimentos sociais e da influência nas mais variadas correntes políticas que buscavam apresentar uma alternativa à socialdemocracia e ao bolchevismo. Portanto, foi somente a partir dos anos 1950 e 1960 que se operou uma retomada do debate acadêmico sobre a intervenção operária na produção, aparecendo sob a égide do termo *autogestão*, para caracterizar a experiência iugoslava. O termo sérvio *samoupravje* (*samo* significa o prefixo grego auto, e *pravje* significa gestão) foi traduzido para o francês por *autogestion* (Guillerm; Bourdet, 1976), e começaram a surgir revistas como *Socialismo ou Barbárie* (1948-1967), organizada por Castoriadis e Lefort, e *Socialismo e Autogestão*, organizada por Yvon Bourdet (1966-1986). Estas foram as principais disseminadoras deste novo movimento em prol de uma radicalização da democracia tanto na esfera econômica quanto na esfera política. Neste sentido, os diversos teóricos autogestionários formulam uma crítica ao capitalismo globalizado e ao socialismo estalinista, teorizando sobre as possibilidades de uma futura sociedade, cujas bases de participação política fossem mais igualitárias⁴, através da socialização gerencial de todas as esferas da vida social.

³ Conforme o autor, “la experiencia es un pasado presente, cuyos acontecimientos han sido incorporados y pueden ser recordados” (Koselleck, 1993, p. 338).

⁴ A este respeito ver Guillerm e Bourdet (1976), Mandel (1988); Massari (1977); Rosanvallon (1979); Mothé (1980); Gurvitch (1966).

Deste fato decorre o caráter múltiplo do conceito, visto que é universalizante, pois abarca dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais, ou seja, a totalidade do tecido social para, assim, sugerir as mudanças favoráveis à autodeterminação da sociedade em todas as suas esferas. Como resultado de tal empreitada analítica, encontramos inúmeras divergências teóricas nos sentidos atribuídos à autogestão. No entanto, de maneira geral, há uma convergência na reivindicação do socialismo não mais como um fim em que os meios – notadamente a ditadura do proletariado – se justificam. Contribuindo para a compreensão destas dificuldades inerentes às tentativas de análises conceituais, Koselleck irá afirmar que:

conceitos sociais e políticos possuem uma pretensão substancial à generalidade e têm sempre muitos significados. Uma palavra torna-se um conceito quando a plenitude de um contexto político-social de significado e experiência no e para o qual uma palavra é usada pode ser nela condensado. Por isso, conceitos são o concentrado de inúmeros significados substanciais (Koselleck, 1993, p. 84).

Com estas prerrogativas e diante dos diferentes sentidos atribuídos à autogestão, temos, no *Dicionário do Pensamento Marxista*, uma conceituação rápida cuja ênfase está centrada nos aspectos econômicos, mais especificamente nas formas de gestão da produção de empresas. Assim,

a autogestão refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas da empresa. Os meios de produção são socializados. Em sentido mais geral, a autogestão é uma forma democrática de organização de toda a economia, constituída de vários níveis de conselho e assembleias (Markovic, 2001, p. 22).

Nessa concepção, o objetivo seria socializar o poder gerencial das empresas, atribuindo aos trabalhadores, através de seus delegados, o poder deliberativo em todas as decisões que lhe dissessem respeito, superando a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, no processo de organização do trabalho. Sua atualidade é reivindicada em uma perspectiva de análise que situa a contradição fundamental das sociedades industriais não nas estruturas das relações de propriedade, mas nas relações de autoridade que o processo de racionalização tecnológica e organizacional teria consolidado, condenando a maior parte dos trabalhadores à alienação e impedindo a efetiva participação democrática dos sujeitos na sociedade. Cabe mencionar que estas acepções econômicas estão relacionadas a proposições cujo objetivo – talvez

o principal – é a efetivação de princípios políticos, isto é, de uma participação social mais ativa por parte dos cidadãos na sociedade.

Já Mothé irá enfatizar que a autogestão é “um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta” (Mothé, 2009, p. 26), ampliando, assim, o conteúdo do conceito para torná-lo um método de gestão social e não um fim localizado na economia e/ou na fábrica. Nesse sentido, complementando as características econômicas, mas possuindo uma estrutura diversa, articulam-se os pressupostos políticos em mais larga escala. Segundo Follis (2001), há nestes uma definição mais clara do significado da autogestão, visto que os teóricos integraram-se, de maneira geral, à corrente de pensamento da democracia radical, de Rousseau à atual sociologia crítica. Nas esferas de participação, a transposição de um mecanismo representativo para o âmbito das estruturas concretas das várias atividades econômico-sociais, vislumbradas em comunidades locais, implica, em sua extrema consequência, na dissolução do poder econômico-político e no funcionamento das estruturas sociais somente mediante autoridade socializada, alterando assim uma realidade social mais ampla do que tão somente a produtiva. Distinguindo os pressupostos econômico-produtivos e políticos, pode-se então estabelecer dois motes analíticos indissociáveis, porém com problemáticas próprias, sob os quais repousa a teorização contemporânea do conceito.

Muito embora estes teóricos tentem superar o dualismo entre capitalismo e comunismo presente em grande parte dos debates políticos durante a Guerra Fria, sugerindo a conjugação de diferentes vertentes de pensamento, de Marx à Montesquieu, caracterizamos tal corrente como socialista, pois se pensarmos de acordo com a definição de Décio Saes, estes autores encaixam-se nestas prerrogativas:

de um ponto de vista teoricamente rigoroso, devem ser consideradas como integrantes do campo político socialista aquelas correntes que: a) defendem a instauração de um sistema global de apropriação – por duas vias a direta e a estatal – dos meios de produção pelas classes trabalhadoras; b) fixam a dissolução da estrutura jurídica-política burguesa e a construção de um estado de novo tipo com condições prévias indispensáveis à deflagração de um processo global de socialização da economia (Saes, 1998, p. 32).

Neste sentido, são desdobrados ao longo deste artigo os dois motes analíticos supracitados que, embora analisados em separado, são interdependentes. O primeiro coloca a autogestão como forma de organização econômica dos trabalhadores, e o segundo a postula como princípio político de organização de toda uma sociedade. A partir desta divisão, este trabalho propõe

um primeiro esforço de análise destas duas esferas na teoria autogestionária. Isto é feito através de dois livros que são referência nos três dicionários consultados e em grande parte das pesquisas que utilizam o conceito de autogestão na atualidade. Outro motivo para a escolha destas obras é a época de sua publicação, posto que sintetizam as ideias em torno do conceito e carregam grande parte das discussões que tomaram forma desde a formulação do conceito, em fins da década de 1950, até seu desuso a partir de 1980. Desta forma, o primeiro livro, de autoria de Pierre Rosanvallon⁵, originalmente publicado em 1976 sob o título *L'Âge de l'autogestion*, não possui tradução para o português, tendo sido apenas traduzido para o espanhol em 1979. O segundo livro é de 1975, e seu título original é *Clefs pour l'autogestion*, escrito por Yvon Bourdet⁶ e Alan Guillerme⁷, possuindo, em sua versão portuguesa, o nome *Autogestão: uma mudança radical*, de 1976.

⁵ À época da publicação, Rosanvallon era redator-chefe da revista *CFDT – Aujourd'hui* (1973-1977) e membro do Partido Socialista Unificado e do Partido Socialista. Dessa forma, a *Confédération française démocratique du travail* (CFDT), é a **primeira organização** de massa francesa a reivindicar a autogestão já em maio de 1968, em um contexto no qual as entidades sindicais tentam aliar a luta dos estudantes pela democratização das universidades à luta dos operários pela democratização das fábricas em uma autogestão desde a base. Em um congresso realizado em 1970, a CFDT oficializou a autogestão como um dos três pilares para se constituir uma nova sociedade. Já o PSU (1960-1990), capitaneado por Michel Rocard, tornou público o apoio do partido ao movimento intelectual autogestionário nas eleições legislativas de março de 1973, por conta de um consenso no congresso, em Toulouse, ocorrido em 1972. Contudo, a influência não se limitou a estas duas instituições, constando também no estatuto do PS, da CGT e da PCF. (Petiot, 1982).

⁶ Yvon Bourdet (1920-2005) era professor de Filosofia, em Amiens, e pertencia ao Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS). Fundou a sua reputação internacional trabalhando inicialmente com o austro-marxismo. Posteriormente, em 1954, se juntou a revista *Socialismo e Barbárie* e a partir do final da década de 1960 direcionou seus estudos para a divulgação da autogestão, principalmente através da fundação da revista *Socialismo e Autogestão* (1966-1986). Neste sentido, o livro aqui analisado é o último a ser publicado pelo autor, contendo, assim, a síntese de seus pensamentos.

⁷ Alain Guillerme (1944-2005), historiador francês, entrou em 1962 na revista *Socialismo e Barbárie* por intermédio de Lyotard, de quem era aluno, sendo um dos únicos, junto com Castoriadis, que tentou reativá-la em 1967 (Raflin, 2005). Nesse sentido, esteve envolvido no debate político desde o período de Maio de 68, defendendo a orientação luxemburguista dentro do PSU. Seu primeiro livro publicado foi *Autogestão: uma mudança radical*, com Yvon Bourdet.

Reflexões sobre a dimensão econômica

Constatamos, neste artigo, que a retórica autogestionária aparece como um efetivo agente de mudança nos discursos analisados, transparecendo o “horizonte de expectativas”⁸ (Koselleck, 1993) do final do século XX, uma vez que, segundo Rosanvallon,

[e]n el siglo XVIII el concepto de democracia canalizó y expresó las esperanzas revolucionarias. En el siglo XIX ese papel lo desempeñó el concepto de socialismo. Nuestra tesis es que el concepto de autogestión está destinado a desempeñar el mismo papel que desempeñó en sus días los de democracia y socialismo (Rosanvallon, 1979, p. 18).

Na tentativa de captar os conteúdos substantivos do conceito, nota-se que, visualizado sob o espectro econômico, ele se baliza pela inversão de certos pressupostos que, desde meados do século XIX, causam mal-estar na civilização ocidental. A ênfase na propriedade privada, a divisão acentuada do trabalho, a crescente burocratização imposta pelos mecanismos modernos de controle administrativo, o desenvolvimento descontrolado da técnica e as empresas multi/transnacionais, que proliferam de maneira intensa, constituem, assim, eixos em torno dos quais se articula não só o discurso autogestionário, mas também grande parte das correntes de esquerda em fins do século XX.

Deste modo, situando a propriedade privada como a instituição central da sociedade burguesa, Rosanvallon irá sugerir uma nova abordagem sobre a questão, ao afirmar que o problema não se reduz somente à expropriação de um proprietário individual pela apropriação de um proprietário coletivo como fora feito na URSS. Da negação destas formas históricas de apropriação, conclui que o problema não pode ser resolvido senão pela eclosão e redistribuição dos diferentes direitos que, reagrupados, formam o direito da propriedade social. Esta propriedade social, conseqüentemente, seria um dos pilares da sociedade autogestionária. Como exemplo, utiliza o direito internacional ao mar, em que

aunque los oceanos (con excepción de las aguas territoriales) no pertenezcan a nadie, eso no significa que cualquiera pueda apoderarse de ellos: el derecho internacional del mar se define con un conjunto de derechos, actualmente en gestación, entre los que figuran el derecho a la libre circulación, el derecho a la pesca, el derecho a la explotación de los fondos marinos, etc. La propiedad

⁸ “[...] la expectativa se efectúa en el hoy, es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, a lo no experimentado, a lo que solo se puede descubrir. Esperanza y temor, deseo y voluntad, la inquietud pero también el análisis racional, la visión receptiva o la curiosidad forman parte de la expectativa y la constituyen” (Koselleck, 1993, p. 338).

es un concepto global que define lo que es ‘propio’ a un individuo o a una colectividad, y es indisoluble del concepto de propietario pleno y entero (Rosanvallon, 1979, p. 117).

Observa-se que a assimilação dos meios de produção pelos trabalhadores e pela sociedade, para que estes possam apoderar-se do produto de seu trabalho, modificando as relações de produção capitalista, configura-se na principal afirmação relativa à propriedade. Portanto, a desapropriação socialista de Rosanvallon consiste em repartir os diferentes direitos de decisão entre as coletividades interessadas, tanto dentro das empresas quanto dentro da sociedade, enfatizando a interdependência entre as esferas econômicas e políticas. A concepção de autogestão, para Rosanvallon, parte do pressuposto de que não basta mudar a composição de um conselho administrativo, sob o viés de gestão democrática, para alterar a situação de poder entre os trabalhadores. É necessário legitimar um direito de intervenção e de decisão sobre tudo o que diz respeito ao funcionamento e à organização das empresas, sugerindo que estas também sejam amplamente abertas à sociedade. Vislumbrando esta argumentação como um dos principais componentes da retórica autogestionária, Dallemagne (1977) irá oferecer uma crítica leninista a tal teoria. Desse modo, diante das dificuldades táticas da transição para uma sociedade socialista, especificamente o imperialismo e a desmobilização das massas, é imprescindível que o proletariado possua um organismo centralizador que direcione suas ações. Por este viés, “o projeto autogestionário retoma e desenvolve as ilusões conselhistas e espontaneístas” (Dallemagne, 1977, p. 16), uma vez que a “questão da gestão é secundária [...] é inútil definir o socialismo pela gestão que parece desejável, do interior das sociedades burguesas. Tal atitude distrai o proletariado e a sua vanguarda das suas tarefas revolucionárias imediatas.” (Dallemagne, 1977, p. 14).

Apesar desta crítica, Rosanvallon estará caminhando em solo fecundo, pois as proposições que defende também serão colocadas em relevo por autores significativos da ciência política, como Carole Pateman (1970) e Robert Dahl (1985). Por outro lado, Yvon Bourdet e Allain Guillermin, reivindicando a necessidade de uma alteração radical das relações econômicas capitalistas, parecem situar-se no rol de marxistas idealistas – assim denominados pelo cientista político Norberto Bobbio quando afirma que “os esforços do pensamento socialista concentraram-se, sobretudo, na crítica ao estado representativo, descuidando-se do projeto de um estado novo”. (Bobbio, 1983, p. 66). Ao contrário de Rosanvallon, que parece compreender de maneira mais ampla o impacto de 1968 para a teoria política, os autores centram sua visão de uma sociedade autogestionária no operário e na fábrica, e reivindicam uma

autogestão de cunho marxista, ortodoxo. Ainda que neguem um economicismo radical baseado na multiplicação das práticas cooperativas, afirmam que a autogestão ocorrerá somente através da transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em uma imensa cooperativa. A crítica destas teorias foi feita por Bobbio, ao afirmar que

nas idealizações dos teóricos mais radicais e originais sobre um novo tipo de estado (que deveria dar início ao processo gradual de desestatização), ou seja, nos teóricos dos conselhos operários, este obstáculo (democracia) é geralmente ignorado [...] tirando o partido do meio, com um arbítrio lógico e histórico, o problema da democracia operária parece de fácil solução (Bobbio, 1983, p. 70).

Nesse sentido, é importante ressaltarmos que, em Bourdet e Guillermin, a principal influência para a constituição de uma sociedade autogestionária são as obras de Marx⁹, de modo que rejeitam as ideias de Proudhon, cuja influência maior se dá na obra de Rosanvallon¹⁰, na constituição da autogestão como uma influência reformista e conservadora. Assim, para justificar uma autogestão radical, Bourdet e Guillermin negam toda e qualquer tentativa de transformação a partir das instituições do próprio sistema. Para os teóricos, se o patronato outorga a participação nas fábricas, dando o direito à palavra ao trabalhador, é somente devido às disfunções do taylorismo que necessita que os operários se interessem pelo que fazem e sintam-se ativos, originais e espontâneos no processo produtivo. Contudo, o fato de que a definição das metas da empresa escapa à massa dos operários continua existindo.

Contrários a estas formas de alargamento da participação operária, afirmam que a autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical e permanente, transformando a sociedade em todas as esferas, sem precisar no seu livro de que maneira isto deveria ser feito. O momento em que chegam mais perto de construir um projeto desta nova sociedade é quando afirmam que

⁹ “[...] numerosos comentadores, frequentemente por ódio ao marxismo, vêm em Proudhon o ‘pai’ da autogestão [...] Marx, no *Manifesto Comunista*, qualificou o socialismo de Proudhon de socialismo burguês, querendo dizer que com isso era reformista” (Bourdet; Guillermin, 1983, p. 56).

¹⁰ “[...] entre el consejismo que tiene sus Orígenes en Proudhon, en definitiva, e la democracia popular que se vincula a Lassale, el socialismo no há formulado nunca una proposición política nueva” (Rosanvallon, 1979, p. 41). Com relação à influência de Proudhon sobre a autogestão, ver Bancal (1984) e Motta (1981).

o que chamamos de autogestão é outra organização nacional que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas, igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 30).

Outra preocupação de ambos os autores é que uma proposta autogestionária deve estar atenta às ferramentas e às estruturas tecnológicas que implicam em um trabalho parcelado e repetitivo, para permitir uma real democracia de decisão e não somente de participação. Para isto, deve-se negar a racionalidade taylorista realizada nas linhas de montagem, pois “*hoj sabemos que es posible cambiar-las sin que, en muchos casos, llegue a sufrir el nivel de productividad*”. (Rosanvallon, 1979, p. 132). Corroborando, tanto Bourdet e Guillerm (1976) quanto Pateman (1992), ao citarem a experiência de autogestão na Iugoslávia, afirmam que, nos quadros restritos que lhe eram reservados, a abolição do taylorismo não fez baixar a produtividade, pelo contrário, possibilitou uma alta taxa de crescimento econômico no país.

O economista liberal Henri Lepage questionou estas conclusões em uma publicação intitulada *Autogestion et capitalisme: Réponses à l'anti-économie*, de 1978, destinada a refutar grande parte dos argumentos econômicos autogestionários. Lepage argumentou que uma firma coletivizada tende a reduzir os níveis de produção, emprego e inversão tecnológica, uma vez que ao tentar maximizar o bem estar de uma grande quantidade de trabalhadores ao invés de um único, tenderá a dispersar a lucratividade e dificultar os investimentos que impulsionam a economia. Uma sociedade autogestionada utilizaria de maneira menos eficaz os *recursos escassos* disponíveis na sociedade, de modo que só a lei da oferta e da procura em um livre mercado poderia administrar tais recursos com a cautela necessária. A crítica de cunho liberal acompanha o conceito de autogestão, como ademais todos os conceitos ligados à (re)distribuição de poder e dos frutos da riqueza eventualmente produzida.

Do mesmo modo, da menção às diversas dificuldades de constituição de uma eventual sociedade socialista, evidenciadas nesses discursos, é de grande interesse para este trabalho os questionamentos que Norberto Bobbio traz acerca das possibilidades de efetivação da mesma, pois

na medida em que as decisões se tornam sempre mais técnicas e menos políticas, não fica restringida a área de competência do cidadão e, conseqüentemente sua soberania? Não é, portanto, contraditório pedir sempre mais democracia em uma sociedade sempre mais tecnicizada? (Bobbio, 1983, p. 61).

A essas questões Rosanvallon parece oferecer uma resposta plausível, distinguindo dois tipos de informação: uma generalizada e outra especializada. A primeira serve para orientar as ações coletivas, apontando opções a serem seguidas, sendo essencialmente política; já a segunda caracteriza-se por informações técnicas e de impacto específico. Sobre este ponto se ancora a tecnocracia, em que o uso de uma linguagem especializada transforma-se em uma ferramenta para o exercício do poder de pequenos grupos em determinados assuntos que se tornam inacessíveis aos trabalhadores. Não deve ser um único centro o responsável por decidir o que será difundido como informação em todos os níveis da sociedade. A conquista da informação deve ser feita através da socialização de suas condições de produção, nestes incluídos a imprensa, o rádio e a televisão. Conseqüentemente, esta socialização dos meios de informação é indissociável de uma socialização dos meios de organização feita através da substituição das concepções piramidais e elitistas por uma ampla circulação de informações que possibilitem o acesso às principais tomadas de decisões das coletividades.

Como fora dito anteriormente, superam o dualismo presente nos debates teóricos da Guerra Fria de que o planejamento estatal é o ápice da racionalidade econômica e da harmonia social, enquanto que o mercado livre traduz-se na anarquia da produção e na exploração dos trabalhadores. Numa rara aproximação dos economistas austríacos (Mises, Hayek), uma vez que sua obra tenta englobar até certo ponto o liberalismo político, Rosanvallon colocará como um dos os principais problemas da planificação econômica soviética a questão do cálculo econômico fundado sobre o tempo de trabalho. Em suma, este modelo procura o preço mais justo para determinada mercadoria não mais através dos mecanismos de oferta e de procura, mas sim, através do tempo de trabalho que fora despendido no processo produtivo, transformando a planificação em uma técnica de gestão econômica humanamente impossível. Por este viés, uma economia planificada dificilmente pode se contrapor a uma economia de mercado, sendo esta uma discussão apenas de metodologia matemática. Uma vez que as trocas econômicas estão regidas pelo sistema de preços, basta resolver a questão de como fixá-los de maneira justa. Inevitavelmente, a realidade de um sistema capitalista também impossibilita o avanço nesta questão, tendo em vista que os preços são estabelecidos pelas grandes empresas em um sistema de monopólio no qual

el mercado como sistema de determinación de los precios no es más que una ficción de economista, justamente denunciada [...] los planificadores, como los economistas liberales, buscan los ‘verdaderos’ precios de mercado: los precios de monopolio y las rentas de situación son la maldición de unos y otros (Rosanvallon, 1979, p. 142).

Posto que o problema não se localiza nas técnicas de racionalização das opções econômicas enquanto planejamento ou sistema de mercado, mas sim nas condições de fixação de um sistema de preços justos,

solo un sistema mixto plan-mercado es capaz técnicamente de superar esta doble incapacidad, mejorando simultáneamente los mecanismo del plan y el funcionamiento del mercado. La búsqueda de la eficacia y de la coherencia necesita en efecto un cierto equilibrio entre un movimiento centralizador de coordinación y otro descentralizador de adaptación a la realidad (Rosanvallon, 1979, p. 144).

Além disto, é necessário transparecer que, como problema essencialmente político, no caso dos países capitalistas, são os grupos dominantes que tratam de salvaguardar seus privilégios através da absorção de seus interesses pelo Estado em um sistema da livre mercado. Por outro lado, os países que implantaram um sistema de planificação, não avançam na medida em que põem inevitavelmente em perigo o papel e o estatuto social dos grupos burocráticos. Entre o capitalismo como modo de produção relativo e o socialismo como modo de produção absoluto, confirma-se que “el verdadero problema consiste en efecto en saber quién planifica y a qué nivel, y quién se apropia realmente de los medios de poder” (Rosanvallon, 1979, p. 145).

Essas prerrogativas um tanto abstratas, o autor pretende pormenorizá-las afirmando que o planejamento deve se tornar um ato político subordinando a certas opções sociais baseadas em uma economia contratual que não negue a realidade dos conflitos. Por isso devemos relacionar estes pressupostos à questão básica da propriedade autogestionária desenvolvida acima, na qual um conjunto de direitos se sobrepõe, transparecendo os conflitos e os interesses das coletividades. No entanto, para ocorrer e complementar esta planificação democrática, é indispensável a circulação das informações e a publicidade das opções que resultam em um acúmulo de capacidade política por parte da sociedade. Logo, um sistema autogestionário necessita de mecanismos centralizadores transparentes publicamente sobre a origem do poder e do processo de centralização. Ao mesmo tempo, implica uma descentralização do poder, posto tratar-se de dar o máximo de poder decisivo às diversas coletividades interessadas em certos assuntos.

Portanto, a autogestão, em Pierre Rosanvallon, é um conceito primordialmente político, ao contrário do que visualizamos em Bourdet e Guillerm. No primeiro, as estruturas e decisões econômicas devem ser submetidas a uma gestão democrática pela sociedade que, por conseguinte, deverá escolher a maneira de desenvolvimento econômico mais adequado às

suas opções. Já no discurso de Bourdet e Guillerm, o privilégio conferido ao aspecto econômico é evidente pela falta de um enfoque maior do problema político. Centram sua análise no operário e nas relações de autoridade produzidas na fábrica, podendo eventualmente situar-se em um rol de pensadores que Bobbio caracteriza como “soviéticos”:

O erro no qual caíram sempre os teóricos da democracia industrial foi o de acreditarem na possibilidade de solucionar a democracia política na democracia econômica, o autogoverno dos cidadãos no autogoverno dos produtores. O erro deriva da crença que não existem problemas do cidadão distintos daqueles do trabalhador (Bobbio, 1983, p. 73).

Reflexões sobre a dimensão política

Embora intimamente ligados aos pressupostos econômicos, é importante esta divisão para destacar que, na discussão sobre princípio político de organização da sociedade, os pensadores autogestionários são influenciados nitidamente pelas teorias da democracia direta. Contudo, como já fora dito, percebe-se que teóricos como Yvon Bourdet e Alain Guillerm privilegiam a mudança econômica como fator de alteração das relações sociais. Já para Rosanvallon a autogestão é um conceito que deve ser encarado, em primeiro plano, pelo viés político, concepção perceptível uma vez que estabelece uma indissociável relação da economia e de seu aspecto determinante, os meios de poder. Esses meios de poder – sejam eles exercidos em prol das indústrias ou do Estado – é que devem ser desvelados e tornados públicos. Consideramos estas assertivas influenciadas pelo também francês Michel Foucault, que nos fornece algumas bases para a interpretação das ideias aqui analisadas, ajudando a compreender o contexto intelectual no qual foram criadas,

não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder [...] ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas [...] só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base daqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder (Foucault, 1979, p. 6).

É Charbonneau (1993) quem desenvolverá uma análise temporal mais minuciosa sobre os pensamentos autogestionários, enfocando o (re)surgimento do termo na França durante a década de 1960 e seu desuso por volta de 1980. Dessa forma, irá ressaltar que, antes de 1968, o termo autogestão era usado

por pensadores como Castoriadis e Chauvey para designar uma espécie de democracia industrial, ou seja, autogestão a partir da fábrica. Com o advento dos movimentos sociais de 1968, o conceito foi remodelado para atender diferentes demandas da sociedade que não só as do operário e da fábrica. A partir de então, foi ressignificado para um tipo de autogestão política, alargando suas propostas e adentrando nas organizações da sociedade civil francesa como sindicatos (CFDT) e partidos políticos de esquerda (PSU e PS).

Nesse sentido, Rosanvallon vê a necessidade de construir uma teoria do poder político, ao mesmo tempo em que critica as teorias leninistas/stalinistas, uma vez que estas “han sempre oscilado entre la perspectiva utópica del fin de lo político” admitindo o drama prático da falta de ferramentas teóricas para a realização política do comunismo, de modo que “donde la teoría calla la práctica puede ser monstruosa, y la práctica bolchevique y su voluntarismo han llenado los vacíos de la teoría política del marxismo” (Rosanvallon, 1979, p. 26).

No que diz respeito a estes aspectos, Bourdet e Guillermin mostram-se mais reticentes em sua análise. Criticam o capitalismo e o marxismo de Estado, contudo não chegam a formular nem o embrião de uma proposta para uma nova sociedade. Suas formulações apenas reforçam as afirmativas de Rosanvallon a respeito das teorias marxistas que visam o fim do político. É claro que se trata da formulação de uma futura sociedade e de todos os problemas que advém disto, mas ambos os autores aqui analisados colocam suas ideias como antiutópicas, portanto calcadas na e voltadas a realidade na sua concretude mais imediata.

Dessa forma, percebe-se que o conceito de autogestão situa-se em um contexto linguístico que surge desde o final do século XVIII e que constitui uma mudança radical em relação ao passado não apenas em termos econômicos, sociais e políticos, mas também cognitivos. As percepções de futuro, passado e presente mudaram desde então, caracterizando um momento sob o qual o horizonte de expectativa dos sujeitos históricos se faz presente de maneira mais contundente nos escritos políticos, visto que os conceitos começam a possuir propostas de ativar e reorganizar as massas. Os termos começaram a tornar-se cada vez mais genéricos em suas referências sociais, e mais abstratos em seus significados, ganhando, assim, a forma linguística de “ismos”, como marxismo, liberalismo e republicanismo. A extensão temporal de um conceito torna-se primeiramente uma metáfora e depois um programa de ação. Os teóricos autogestionários, portanto, buscam construir na teoria um novo modelo de sociedade de modo a fomentar suas ideias para alterar a situação em que se encontra a maioria das sociedades atuais.

Nesse sentido, o conceito de autogestão pode revelar-se como um fator

de mudança para seus agentes discursivos quando Boudert e Guillermin (1976, p. 31) afirmam que:

autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediário e em todos os níveis, de todos os ‘seus negócios’ por todos os homens.

Adiante, “o axioma fundamental e, para falar mais adequadamente, constitutivo da autogestão é o da igualdade das pessoas” (Bourdieu; Guillermin, 1976, p. 46). Nesse sentido, transparece o ideal utópico de constituir uma sociedade sem classes, igualitária. De maneira mais coerente e com uma reflexão mais refinada, no entanto também utópica em sua reivindicação, Rosanvallon sugere a reconstituição da sociedade civil em meio ao reino da mercadoria e de um estado burocrático que descreve como “tentacular y impotente, hipercentralizado y poco eficaz” (Rosanvallon, 1979, p. 50). Em uma sociedade autogestionária, o Estado deveria converter-se em polo de regulação social, o que pressupõe “un fortalecimiento y una autonomización de la sociedad puramente política como ámbito de expresión y discusión de las opciones colectivas, y no de su extinción” (Rosanvallon, 1979, p. 51). Percebe-se, no entanto, que o desdobramento prático deste novo Estado é um tanto impreciso na construção teórica do autor.

Aliando a soberania da sociedade civil, de grande valor para o liberalismo político, e a crítica à burguesia do socialismo, ele pretende equilibrar a falta e o acúmulo de poder por parte do Estado, através da reconstrução da sociedade civil, que se tornará a verdadeira infraestrutura da sociedade, sem precisar mais detalhadamente a maneira de efetuar esta transição. Lepage (1978) irá afirmar que a partir do enfraquecimento capitalista e tecnocrático não necessariamente será repassado o poder para as coletividades, como pretende Rosanvallon, visto que pode surgir uma “comunidade particular” dentro das empresas autogestionadas que coordenarão as demais, especificamente aquelas pertencentes aos quadros dos movimentos sindicais e lideranças políticas dos trabalhadores.

Para a autogestão como prática do exercício coletivo, em Rosanvallon, destaca-se a construção de uma teoria política contrária à democracia popular, que seria supostamente destinada a exercer o poder em interesse do povo, mas sem a participação efetiva deste. Ao mesmo tempo, nega-se a democracia como uma finalidade expressa tão somente no voto, afirmando um processo decisório em que a democracia se torna um meio verdadeiro para a tomada

de decisões coletivas, conceituada pelo autor como democracia de decisão. Um processo independente da vontade dos governantes que implica em uma dialética massa/organização das massas.

Dessa forma, a proposta autogestionária de Pierre Rosanvallon tenta corrigir as imperfeições do princípio de delegação através da descentralização do poder até seu nível mais baixo, supondo a definição de prioridades em cada centro de interesses. No entanto estes interesses conflituosos não podem se resolver facilmente, o que caracteriza a sociedade autogestionária como um processo, e não como uma finalidade¹¹. Esse processo surge da constituição de novas relações, mais democráticas, através de microinstituições como organizações de massa, comitês de bairros, clubes juvenis, entre outros. A partir da inversão de hierarquia nestas organizações é que o projeto autogestionário poderia se concretizar gradativamente.

Segundo o autor, essa flexibilização democrática se faz necessária, pois não há uma teoria consistente da mudança social. Existem acontecimentos que são produtores de efeitos em determinadas camadas da sociedade e que podem ou não gerar levantes, rebeliões e revoltas. Nesses enunciados percebemos claramente o efeito de Maio de 1968 para o alargamento das propostas revolucionárias. Contudo, as teorias autogestionárias se concebem como práticas revolucionárias na medida em que repulsam a ideia de uma sociedade ideal baseada em uma teoria da história linear cujo fim se encontra no comunismo, e fundam estratégias de experimentação de novas possibilidades. Estas são baseadas no desenvolvimento de contra-instituições para desequilibrar a relação sempre instável entre instituinte e instituído, criando acontecimentos simbólicos de tomada de consciência coletiva e individual acerca das relações de poder, rompendo o dualismo entre preparação e ação, reforma ou revolução. Por meio disto, temos que

hay que permitir la muerte de las instituciones, su transformación o la inversión de su sentido. La tarea de un poder político autogestor es en primer lugar la de permitir una verdadera autoinstitución de la sociedad. Es el reconocer a la sociedad la libertad de instituirse (Rosanvallon, 1979, p. 105).

Bourdet e Guillerm chegam a propor uma teoria do definimento do Estado, através da análise da autogestão Iugoslava, contudo não aprofundam a discussão. Para os autores, “o único meio, para o proletariado, de destruir a burocracia seria organizar-se ele próprio, o que lhe é recusado precisamente na Iugoslávia. A questão do partido único coloca de maneira ainda mais

¹¹ Pressuposto com nítida influência das obras de Castoriadis (1975) que estavam sendo publicadas na época.

aguda o problema do definhamento do Estado” (Bourdet; Guillermin, 1976, p. 139). Sobre este ponto, Dallemagne (1977) irá enfatizar que grande parte dos teóricos autogestionários não delimita através de quais mecanismos surgirá uma sociedade autogestionária, ao mesmo tempo em que Bobbio (1983) abordará às carências das propostas socialistas em propor uma configuração diferente de sociedade democrática.

Rosanvallon, cuja argumentação ganha, de certo modo, um caráter reformista, irá afirmar que mobilidade, diversificação e experimentação são conceitos que devem ser aplicados dentro das organizações, tornando-as um laboratório social, um organismo vivo. Em relação à experimentação, ou estratégia de experimentação, na obra de Rosanvallon, este termo tem um grau bastante específico, visto que “implica um importante cambio de las concepciones tradicionales de la transición, a las que seguimos apegados y que nos impiden unir una estrategia de experimentación y el problema del poder” (Rosanvallon, 1979, p. 90).

Apontamentos finais

Nessa breve análise, tentamos captar os principais argumentos formadores das teorias autogestionárias. Percebemos um esforço em tornar inteligível uma futura sociedade com bases mais igualitárias, cuja efetivação se dá na contradição dos termos autogestão/heterogestão. Este binômio indica os caminhos pelos quais os discursos se direcionam. Da crítica às relações verticalizadas e hierarquizadas de nossa atual sociedade, inicialmente focada na fábrica (pré-68) e depois alargada para os aparatos do Estado e dos movimentos sociais (pós-68), estas propostas perpassam as influências de mais de um século de desenvolvimento por parte de diversas correntes de pensamento e buscam superar as lacunas teóricas e práticas de análises que se postulam dentro do arcabouço teórico socialista. De acordo com Charbonneau (1993), a autogestão é um condensador de toda a história das ideias, uma vez que conjuga postulados coletivistas típicos do socialismo com princípios individualistas liberais. Diante de uma influência tão ampla nestes discursos, acreditamos que para compreender a real contribuição desses pensadores autogestionários é necessário fazer um resgate mais amplo do debate e de suas mais variadas influências teóricas e manifestações históricas. Proposta que não é realizada neste artigo, tendo em vista seu recorte específico e seu caráter introdutório, sendo, assim, um primeiro e parcial esforço de pesquisa nesse sentido.

Não obstante, além dos autores aqui analisados, alguns nomes também

se destacam na teorização da autogestão nas décadas de 1960, 70 e 80 e que é imprescindível mencionar. São eles Castoriadis, Claude Lefort, Ernest Mandel, Roberto Massari, entre outros, que assumiram uma postura em prol dos coletivos operários sem necessariamente vincular-se ao conceito de autogestão, cujas contribuições e problematizações foram de alguma relevância e trouxeram novas abordagens a velhos problemas para o cenário do pensamento político. Cabe ressaltar que, embora utilizados por diferentes autores na atualidade, o conceito de autogestão se modificou adquirindo um caráter de mudança em nível micro, especificamente dentro de empresas a partir da década de 1990, com processos de gestão tendendo à descentralização.

Desta forma, no rastro das grandes teorias socialistas do século XX, os atores discursivos, que contribuem na formulação do conceito, pretendem a autogestão como universal, englobando todos os setores da sociedade, fato que favorece a polissemia e a diluição do conceito em diversos sentidos. Diante das carências e lacunas inerentes ao projeto, e especificamente tratando dos autores aqui trabalhados, revelam-se algumas dificuldades no que concerne à temática e que não são abordadas pelos autores. Em primeiro lugar situamos o problema do tempo restrito dos indivíduos para a participação política em nossas atuais sociedades (Mothé, 2009). Além disso, como seria possível dissolver grandes conglomerados industriais em pequenas empresas para que estas possuam um grau de democracia elevado? Como ficaria a questão do controle e da eficiência em grandes empresas, uma vez que o mercado exige respostas rápidas e criativas dos empresários? Como seria a relação dos mecanismos de autogestão com as estruturas competitivas e predatórias de um mercado globalizado, uma vez que seus partidários não reivindicam a revolução em nível mundial, como pretende Dallemagne (1977)? Indo mais além, como seria a relação das organizações autogestionárias com as esferas políticas mais amplas, como as nacionais? Qual seria a relação deste tipo de sociedade em um ambiente internacional plural? E para finalizar, como seria efetuada a transição para um sistema desse tipo? (Held, 1996).

Sem ousar responder estas questões, mesmo com as dificuldades e as divergências próprias da utilização do conceito, estes autores representam uma mudança de foco dentro das teorias socialistas. De um lado, criticam o stalinismo/leninismo, de outro, a social democracia, sendo duramente criticados em sua época devido ao caráter demasiado utópico das propostas, tanto pelos próprios teóricos de esquerda quanto pelos de direita. Por meio de certa idealização da inovadora experiência iugoslava, preocupam-se principalmente com as dificuldades de constituição de uma nova sociedade, de suas instituições possíveis e da participação dos agentes dentro destas, quase não mencionando

em seus textos a maneira como o poder seria modificado, tema central da esquerda no século XX. Esta ausência será denunciada por Dallemagne (1977), árduo crítico da autogestão, visto que “quando se defrontam explicitamente com esta questão, tentam evitá-la, dissociando o problema da tomada do poder do da gestão do poder”. No entanto, estes projetos não se desenvolveram em questões como divulgação e aprimoramento teórico, mas sim demonstram uma certa estagnação no que concerne à autogestão como conceito e marco teórico revolucionário.

Apesar destes problemas, a defesa de uma democracia política radical por parte dos teóricos autogestionários delimita um período no qual as esquerdas parecem redefinir-se com novos pressupostos, a partir não tanto da crítica ao capitalismo, mas principalmente da crítica aos modelos estatistas, autoritários e burocráticos de governo. Tendo em vista os insucessos das sociedades pós-revolucionárias e uma análise crítica do socialismo real, o quadro teórico socialista, a partir da década de 1970, começa a inverter a subordinação conferida aos assuntos políticos. A defesa da democracia começa então a se tornar um valor em si mesmo, de acordo com Toledo (1994), confrontando uma nova esquerda “moderna”, “reformista”, cuja ênfase recai na democracia e na prioridade à política como meio de ação – linha pela qual os autogestionários irão seguir com uma esquerda “primitiva”, “revolucionária” em que a economia e a tomada de poder com armas ainda se mostram determinantes¹².

No entanto, a pergunta posta por Bobbio, no título de seu livro *Qual Socialismo?* segue aberta, chamando a atenção para o nítido e ainda presente problema da indefinição programática das correntes de esquerda e de seus abalos pela crise das experiências das sociedades pós-revolucionárias. Nesse sentido, a tentativa utópica autogestionária, após tentar se difundir em uma realidade plural pós-68, foi descartada com a chegada da década de 1980, caindo em desuso devido à preferência em se discutir aspectos formais da democracia, em contraposição a aspectos de autonomia (Charbonneau, 1993). No entanto, mesmo com sua decadência, ainda continuou sendo empregada, embora em menores proporções.

Por fim, dentro destas batalhas travadas no campo do pensamento político e social, este trabalho configura-se em um primeiro esforço teórico para tornar visíveis as principais ideias em torno do conceito de autogestão – tendo em vista que o conceito está, atualmente, sendo ressignificado pelos indivíduos em seus conflitos e em suas lutas diárias pela democratização da

12 Por este viés, temos que “a solução revolucionária não é a autogestão, mas o armamento das massas revolucionárias” e “na época do imperialismo, a democracia não é senão uma forma vazia, sem significação” (Dallemagne, 1977, p. 43, 67).

sociedade civil. Esta pluralidade de reivindicações de maior autonomia pela base, iniciada em 1968, continuará, pois que as minorias e maiorias destituídas de força expressiva de decisão buscam se sentir englobadas nos processos públicos. Portanto, mesmo que o conceito de autogestão tenha perdido parte de seu conteúdo substancial da década de 1970, finalizamos retomando a reflexão inicial, pois acreditamos que a experiência da economia solidária, que nos motivou a pesquisar sobre o tema da autogestão, pode significar uma (dentre outras possíveis) alternativa para as classes historicamente oprimidas, especialmente quando proporcionam possibilidades democráticas nas decisões. Observamos que algumas experiências efetivamente o fazem, proporcionando o “encontro da política com o trabalho” (Andrada, 2005). Assim, a dimensão política do trabalho destaca-se quando este serve de suporte à mudança social e não à precarização da vida dos trabalhadores e dos cidadãos.

Recebido em 07/03/2012. Aprovado em 22/04/2012.

Referências

- ANDRADA, Cris. **O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS**. 267f. 2005. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BANCAL, Jean. **Proudhon** – pluralismo e autogestão, vol. 1. Trad. Plínio Augusto CoelhoBrasília: Novos Tempos Editora, 1984.
- _____. **Qual socialismo?** Discussão de uma alternativa. Trad. Iza de Salles Freaza. 2. e. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- BOTTOMORE, Tom (ed). **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Seuil: Paris, 1975.
- CHARBONNEAU, Daniel. **Développement du discours autogestionnaire dans la pensée sociale contemporaine en France (1960-1980)**. Tese. 220p. 1993. (Doutorado) - University de Ottawa, 1993.
- DALLEMAGNE, Jean-Luc. **Autogestão, ou, ditadura do proletariado**. Lisboa: Socicultur, 1977.
- FOLLIS, Massimo. Autogestão. In: BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- GAIGER, Luiz Inácio G. A economia solidária diante dos novos modos de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- _____. (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão: Mudança Radical**. Trad. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GURVITCH, Georges. Extraits de l'Oeuvre. **Autogestion, études, débats, documents**. Cahier n.. 1, décembre, 1966.
- HELD, David. **Models of democracy**. 2d ed. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- JASMIM, Marcelo G.; FERES JUNIOR, João. **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado: para una semantica de los tiempos historicos**. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- LEPAGE, Henri. **Autogestion et capitalisme: Réponses à l'anti-économie**. Masson: Paris, 1978.
- LOCKS FILHO, Pompílio. **Tramas Conceituais: Reflexões acerca do conceito de autogestão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais), Unisinos, São Leopoldo, 2009.
- MANDEL, Ernest. **Controle operário, conselhos operários, autogestão**. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1988.
- MARKOVIC, Mikhailo. Autogestão. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (org.). **Dicionário de Política**. Trad. Carmen Varriale et al. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- MASSARI, Roberto. **Teorías de la Autogestión**. Madrid: Zero, 1977.
- MEISTER, Albert. **Participation, associations, development, and change**. New Jersey: Transaction, 1984.
- MOTHÉ, Daniel. **L'Autogestion goutte à goutte**. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- _____. Autogestão. In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (coords). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.
- MOTTA, Fernando P. **Burocracia e Autogestão: A proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NASCIMENTO, Cláudio. **Do "Beco dos sapos" aos Canaviais de Catende**. SENAES, 2004. Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf> Acesso em: 15 Abr. 2011
- NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Outra Economia**, v. II, n. 3, 2º, semestre 2008.
- PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- PETIOT, Geneviève. Autogestion: discours politique et vulgarization. **Langue Française**, Paris, n. 53, p. 92-108, 1982.
- RAFLIN, Marie-France. **Socialisme ou barbarie**: Du vrai communisme à la radicalité. Tese. 1267f. 2005. (Doutorado em Ciências Políticas) - Institut d'Études Politiques de Paris, Paris, 2005.
- ROSANVALLON, Pierre. **La Autogestión**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.
- SAES, Décio. O lugar do pluralismo político na democracia socialista. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 6, p. 23-34, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática: adeus à revolução ? **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n. 1, p. 27-38, 1994.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1986.
- VERONESE, Marília V. **Psicologia social e economia solidária**. São Paulo: Idéias e Letras, 2008.